



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho

EDITAL Nº20/2026/SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

30 de junho de 2026

## Anexo VI - Minuta do Contrato

Pregão Eletrônico nº 90618/2026  
Processo Eletrônico: 23346.001344.2026-78

TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA  
DE IMÓVEL Nº \_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE  
MINAS GERAIS — CAMPUS MUZAMBINHO E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, por intermédio do Campus Muzambinho, com sede na Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto, na cidade de Muzambinho (MG), inscrito no CNPJ sob o nº 10.648.539/0002-96, neste ato representado pelo Diretor-geral Renato Aparecido de Souza, reconduzido conforme Portaria IFSULDEMINAS nº 1.179 de 11 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, em 15 de agosto de 2022, doravante denominado CEDENTE, e o(a) [CESSIONÁRIA], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante denominada CESSIONÁRIA, neste ato representado(a) por [nome e função da CESSIONÁRIA], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23346.001344.2026-78 e em observância às disposições da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90618/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a cessão onerosa de uso de áreas físicas públicas destinadas à instalação e exploração comercial de serviços de lanchonete/cantina nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais — Campus Muzambinho, por empresa do ramo de serviços de alimentação, visando ao atendimento da comunidade acadêmica, servidores, colaboradores terceirizados, prestadores de serviços e visitantes, nas condições estabelecidas neste Contrato, no Edital, no Termo de Referência e na proposta da CESSIONÁRIA.

1.2. Objeto da cessão:

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor mensal da outorga	Valor anual da outorga
01	01	Cessão onerosa de uso de área física pública destinada à instalação e exploração de atividade de lanchonete na Sede do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, com área de 194,34 m², localizada na Estrada de Muzambinho, km 35, s/n, Bairro Morro Preto, CEP 37890-000, Muzambinho/MG.	Mês	12	R\$ _____	R\$ _____
	02	Cessão onerosa de uso de área física pública destinada à instalação e exploração de atividade de lanchonete na Unidade Educacional Centro de Ciências Aplicadas à Saúde e Educação – CECAES, com área de 89,57 m², localizada na Rua Dinah nº 75, Bairro Jardim Canaã, CEP 37890-000, Muzambinho/MG.	Mês	12	R\$ _____	R\$ _____
					R\$ _____	R\$ _____

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta da Cessionária;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, de XX/XX/2026 a XX/XX/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite máximo total de 120 (cento e vinte) meses, na forma do art. 110, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que haja previsão no edital e no contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e execução contratual, e a autoridade competente ateste que a continuidade da cessão permanece vantajosa para a Administração.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições da cessão e o valor da outorga permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CESSIONÁRIA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. que a cessão tenha sido executada regularmente e que as atividades tenham sido desenvolvidas em conformidade com o contrato, o edital e o Termo de Referência.
- 2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na cessão da área;
- 2.2.3. Haja manifestação expressa da CESSIONÁRIA informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.4. Seja comprovado que a CESSIONÁRIA mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.5. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. A CESSIONÁRIA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CESSIONÁRIA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O modelo de execução e gestão contratual, incluindo as condições de disponibilização e utilização dos espaços cedidos, funcionamento das lanchonetes, fiscalização, conservação, obrigações operacionais, sanitárias, ambientais, trabalhistas e documentais, consta do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É vedada a cessão, transferência, subcessão, subconcessão, empréstimo, compartilhamento ou exploração da área por terceiros sem prévia e expressa autorização da Administração, observadas as condições previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável.

### **CLÁUSULA QUINTA – VALOR DA OUTORGA, RESSARCIMENTOS E FORMA DE RECOLHIMENTO**

5.1. O valor mensal da outorga pela cessão onerosa de uso é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), perfazendo o valor anual de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), conforme proposta apresentada pela CESSIONÁRIA.

5.1.1 A outorga mensal será recolhida pela CESSIONÁRIA via GRU/PagTesouro até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência.

5.2. A CESSIONÁRIA arcará, às suas expensas, com todos os custos, despesas, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, operacionais, sanitários, ambientais, seguros, insumos, equipamentos, mobiliários, utensílios, mão de obra e demais despesas necessárias à adequada execução do objeto, sem prejuízo do pagamento da outorga mensal e dos ressarcimentos previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

5.3. Ressarcimentos de utilidades – energia elétrica e água - Mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, será realizada a leitura e o registro dos medidores de energia elétrica e água das instalações cedidas, para apuração do consumo, cálculo do valor a ressarcir e emissão da respectiva guia de recolhimento. Na ausência ou falha de medição individualizada, o consumo será rateado por critério proporcional (área e/ou tempo de uso).

5.4. O valor mensal da outorga pela cessão onerosa de uso será fixo e devido integralmente em cada mês de competência, independentemente da ocorrência de férias acadêmicas, recessos escolares, feriados, pontos facultativos, suspensão ordinária de aulas ou quaisquer períodos regulares de redução do fluxo de usuários, não sendo admitido desconto, abatimento ou proporcionalização por tais motivos.

5.4.1 Excepcionalmente, haverá desconto proporcional aos dias em que a Instituição não conseguir abrir ou funcionar regularmente, exclusivamente em razão de greve, calamidade pública, pandemia, guerra ou outros eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O pagamento da outorga mensal e dos ressarcimentos devidos será realizado pela CESSIONÁRIA mediante GRU/PagTesouro ou outro meio indicado pela Administração, observados os prazos, critérios de apuração e condições previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

6.2. O inadimplemento da outorga mensal ou dos ressarcimentos devidos sujeitará a CESSIONÁRIA à cobrança administrativa ou judicial, inscrição em dívida ativa quando cabível, aplicação das sanções previstas neste Contrato e no Termo de Referência, bem como à extinção contratual, observado o contraditório e a ampla defesa quando aplicáveis.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. O valor mensal da outorga será fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, contado da data da proposta ou do orçamento estimado a que ela se referir, conforme definido no Termo de Referência.

7.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, o valor da outorga poderá ser reajustado pelo IPCA/IBGE, mediante apostilamento, observadas as condições previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CEDENTE**

8.1. São obrigações do CEDENTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Disponibilizar à CESSIONÁRIA as áreas físicas objeto da cessão, nas condições previstas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CESSIONÁRIA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo para que a irregularidade seja reparada, corrigida, removida ou adequada, às expensas da CESSIONÁRIA;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pela CESSIONÁRIA;

8.1.5. fiscalizar, especificamente, o funcionamento das lanchonetes, a regularidade sanitária, a conservação dos espaços, os recolhimentos devidos e a qualidade do atendimento;

8.1.6. realizar ou acompanhar a leitura dos medidores de água e energia elétrica, bem como apurar os ressarcimentos devidos;

8.1.7. aplicar à CESSIONÁRIA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CESSIONÁRIA, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto Contratual;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CESSIONÁRIA;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CESSIONÁRIA;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário da CESSIONÁRIA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CESSIONÁRIA.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CESSIONÁRIA;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à

execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CESSIONÁRIA no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. emitir as guias de recolhimento da outorga mensal e dos ressarcimentos previstos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CESSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA**

9.1. A CESSIONÁRIA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CEDENTE, que poderá cobrar administrativa ou judicialmente o valor correspondente aos danos sofridos, compensar com eventuais créditos existentes em favor da CESSIONÁRIA, quando cabível, ou adotar as demais medidas previstas na legislação aplicável.

9.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CEDENTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.5. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.6. Paralisar, por determinação do CEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº

14.133, de 2021;

9.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CEDENTE;

9.13. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.14. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.21. Designar formalmente preposto para representá-la perante a Administração na execução do contrato, indicando seus poderes e deveres, não sendo exigida sua permanência contínua no local de execução do objeto, salvo determinação justificada da Administração em razão de necessidade específica de fiscalização ou regularização contratual.

9.21.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.22. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CEDENTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CEDENTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.25. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.26. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.27. Garantir o acesso do CEDENTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos

documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CESSIONÁRIA relatar ao CEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.31. Responsabilizar-se por quaisquer usos ou intervenções feitas nas áreas cedidas, devendo zelar pela integridade física dos bens recebidos em cessão, obrigando-se a utilizar das normas de direito para a proteção desses bens contra a ameaça de turbação ou esbulho;

9.32. As benfeitorias eventualmente realizadas pela CESSIONÁRIA na área cedida, quando previamente autorizadas pela Administração, incorporar-se-ão ao patrimônio do IFSULDEMINAS — Campus Muzambinho ao final do contrato, sem direito à retenção ou indenização, salvo previsão expressa em sentido diverso autorizada pela Administração.

9.33. Zelar pelo imóvel cedido, realizar sua fiscalização, conservação e guarda, bem como obedecer às normas e legislações pertinentes sob pena de indenizar, objetivamente, quaisquer danos causados provenientes das atividades desenvolvidas no imóvel objeto desta cessão, a usuários ou terceiros, inclusive eventuais danos ambientais na forma disciplinada na legislação ambiental vigente;

9.34. Permitir o livre acesso às instalações do empreendimento, de servidores do IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO e de outros órgãos com jurisdição sobre a área do imóvel cedido quando devidamente identificados e em missão de fiscalização;

9.35. Utilizar a área cedida exclusivamente para os fins previstos na licitação, zelando pelo cumprimento integral da legislação relativa ao fornecimento de serviços de lanches/cantina.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR**

10.1. A CESSIONÁRIA deverá observar integralmente o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais normas aplicáveis, respondendo pela qualidade, segurança, informação adequada e atendimento aos usuários, devendo:

10.1.1. manter lista de preços atualizada e visível ao público;

10.1.2. informar composição, peso/volume, alergênicos e presença de glúten/lactose quando aplicável;

10.1.3 disponibilizar água potável para preparo de alimentos e atendimento das exigências sanitárias, observadas as normas aplicáveis e as condições previstas no Termo de Referência;

10.1.4. cumprir as normas sanitárias vigentes, inclusive quanto às boas práticas de manipulação de alimentos, higiene, conservação, armazenamento e exposição dos produtos.

10.2. É vedada a publicidade enganosa ou abusiva, a venda casada, a difusão de informações falsas e a prática de preços abusivos. Fica proibida a oferta/comercialização de produtos vedados pela legislação estadual/municipal aplicável às cantinas escolares.

10.3. Dos meios de pagamento e documento fiscal:

10.3.1. Aceitar dinheiro, cartão de débito/crédito e PIX;

10.3.2. emitir documento fiscal correspondente às operações.

10.4. Do atendimento e reclamações:

10.4.1. Disponibilizar canal de contato (telefone/e-mail/QR code) e Livro de Reclamações;



10.4.2. afixar informações do Procon local e dos canais oficiais do IFSULDEMINAS — Campus Muzambinho para registro de manifestações.

10.5. Sem prejuízo da liberdade de preços, quando identificados desalinhamentos relevantes em relação ao mercado local, a Administração poderá notificar a CESSIONÁRIA para apresentar justificativa ou promover ajustes.

10.6. O descumprimento desta cláusula sujeitará a CESSIONÁRIA às sanções contratuais e às medidas previstas na legislação de consumo, sem prejuízo de interrupção cautelar da operação em caso de risco à saúde ou recusa em sanar irregularidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CESSIONÁRIA.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CESSIONÁRIA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever da CESSIONÁRIA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. A CESSIONÁRIA deverá exigir de eventuais operadores ou suboperadores de dados pessoais, quando autorizados e necessários à execução contratual, o cumprimento dos deveres previstos nesta cláusula, permanecendo integralmente responsável por sua observância.

11.8. O CEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CESSIONÁRIA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 A CESSIONÁRIA deverá prestar, no prazo fixado pelo CEDENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13.2. O atraso ou ausência de pagamento da outorga mensal, dos valores de água, energia elétrica e demais ressarcimentos previstos caracterizará infração contratual, sujeitando a CESSIONÁRIA às sanções previstas no Termo de Referência, no Edital, neste Contrato e na legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo fixado quando a continuidade da cessão deixar de atender ao interesse público, quando se tornar desvantajosa para a Administração, quando houver necessidade institucional superveniente de utilização da área cedida, ou nas demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

14.3. Nas hipóteses de extinção fundadas exclusivamente em conveniência administrativa, desvantajosidade superveniente ou necessidade institucional de utilização da área, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação da CESSIONÁRIA com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência.

14.4. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata o item 14.3 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Eventual alteração subjetiva da pessoa jurídica CESSIONÁRIA somente será admitida quando juridicamente cabível, mediante prévia e expressa autorização da Administração, comprovação da manutenção das condições de habilitação e formalização por termo aditivo, vedada a transferência irregular da cessão ou da exploração da área a terceiros.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. recolhimentos já efetuados e valores ainda devidos pela CESSIONÁRIA;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não impede, quando cabível, a análise de eventual direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, observadas as disposições legais aplicáveis, a comprovação do fato gerador, do impacto econômico e do nexo de causalidade.

14.11. O CEDENTE poderá ainda:

14.11.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CESSIONÁRIA decorrentes do contrato.

14.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CESSIONÁRIA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CEDENTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. As alterações que envolvam acréscimo ou supressão de áreas, obrigações, encargos ou condições de exploração observarão a disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, bem como a natureza específica da cessão onerosa de uso de bem público.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite legal, quando aplicável, observada a legislação vigente.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CEDENTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. Esta contratação gera receita para a Administração, por se tratar de cessão onerosa de uso de bem público; assim, não há despesas a serem custeadas pelo IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, não se exigindo indicação de dotação orçamentária nem emissão de nota de empenho.

16.2. Os valores devidos pela CESSIONÁRIA (outorga mensal e ressarcimentos previstos neste contrato) serão recolhidos via GRU nas rubricas indicadas pela Administração, observadas as condições e prazos estabelecidos neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 9.636, de 1998, na Lei nº 6.120, de 1974, no Edital, no Termo de Referência e nas demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições da Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e os princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do Cedente

Representante legal da Cessionária

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiz Fernando de Oliveira, COORDENADOR(A) - FG1 - MUZ - SCCC**, em 30/06/2026 09:01:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/06/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 676206

Código de Autenticação: ab41b0ba05

**Nível de Acesso:** Público

25/06/2026 09:07 - Criado inicialmente como: Público.



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais